

# **TRABALHO PRECOCE NO SETOR INFORMAL URBANO: AS CRIANÇAS E ADOLESCENTES QUE TRABALHAM NAS FEIRAS LIVRES E MERCADOS PÚBLICOS DE CAMPINA GRANDE**

MARQUES, Ana Laura Câmara (Universidade Estadual da Paraíba/UEPB – analaura\_fj@hotmail.com); SILVA, Edil Ferreira (Universidade Estadual da Paraíba/UEPB – edilsilva@uol.com.br)

## **RESUMO**

Na atualidade existe uma redução dos investimentos capitalistas no setor produtivo e as políticas governamentais não conseguem gerar o número de empregos necessários para suprir a demanda da sociedade. Em consequência cresce o número de pessoas envolvidas com o setor informal da economia, no intuito de garantir o sustento individual e familiar. Não é difícil a constatação desse tipo de trabalho nas ruas da cidade de Campina Grande, inclusive na forma de trabalho precoce. A ocupação informal urbana representa a degradação das condições de vida de crianças e adolescentes por serem precocemente inseridas nesse ambiente, dificultando sua perspectiva de futuro. São atividades que possuem vários riscos que podem trazer consequências a saúde física e mental, bem como para a vida social das crianças e adolescentes. Atualmente, existe uma naturalização da situação de trabalho de crianças e adolescentes no meio urbano. Esta pesquisa se propôs a traçar um diagnóstico das atividades dos trabalhadores precoces no setor informal urbano em espaços como mercados públicos e feiras livres da cidade de Campina Grande - PB. Utilizamos a metodologia de cunho quanti-qualitativo e as técnicas de entrevistas semi-estruturada, questionários, observação geral e sistemática do trabalho. Participaram da pesquisa 38 trabalhadores com idade até 16 anos. Os dados mostram que as causas da inserção precoce no trabalho abrangem desde a indispensabilidade da contribuição do trabalho para o sustento familiar, a satisfação das necessidades pessoais, como a vontade de ganhar o próprio dinheiro e ter uma ocupação, além do que o mercado possibilita oportunidades de se fazer alguma coisa. A forma de inserção no trabalho ocorre num sistema de redes de solidariedade que oportuniza as atividades de trabalho informais: amizade e parentesco. Em relação à renda semanal a maioria recebe entre um e dez reais. Chama-se atenção que 18% das crianças e adolescentes feirantes têm entre sete e nove anos de trabalho, e 71,1% das crianças e adolescentes terem uma carga horária que variava de 5 a 12 horas diária de trabalho. Possuem defasagem escolar e referiram cansaço depois de um dia de trabalho. Detectou-se que 71,1% das famílias dos trabalhadores precoces recebem algum tipo de assistência social do Governo. O trabalho precoce através de denominações como 'ajuda' acaba por ter sua existência dissimulada, tornando-se invisível para os olhos da sociedade. Alertamos com o estudo o poder público e a sociedade para a gravidade do problema.

## **1. INTRODUÇÃO**

Cresce a dinâmica de exploração de crianças e adolescentes nas atividades informais urbanas, especialmente nos países em desenvolvimento, que possuem 96% das crianças e adolescentes trabalhadores (ILO, 2002 *apud* FACCHINI *et. al.*, 2003, IBGE, 2006, ALBERTO, 2003, 2004, 2005, 2006a, 2006b, 2007; SOUSA, 2006, SILVA e SILVEIRA, 2006).

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), criança é a pessoa com idade inferior a 12 anos e adolescente com idade entre 12 e 18 anos. Desse modo, o termo trabalho infantil não compreende todo o trabalho realizado por menores de idade, já que exclui os maiores de 12 anos. Para abarcar os sujeitos que estão contemplados nestes dois ciclos de vida, Alberto (2003) propôs o conceito de 'trabalho precoce'.

De modo que, para Alberto (2003) trabalho precoce é entendido como o exercício da atividade de criança e adolescentes, socialmente útil ou esquemas de profissionalização divergentes – tráfico e prostituição –, praticados com a intenção de se receber alguma forma de pagamento. São crianças e adolescentes que utilizam seu tempo para a realização de atividades diversas nas ruas,

como vender pequenos objetos, engraxar sapatos, carregar sacolas, olhar carros ou até mesmo pedir comida e/ou dinheiro, como forma de assegurar sua sobrevivência e de seus familiares.

O termo ‘trabalho informal’ passou a ser utilizado com jargão oficial a partir da década de 70, sendo criado pela OIT para definir as “atividades econômicas de baixa produtividade que se desenvolviam à margem da legislação e nas bordas do mercado” (VAL e TAMBELLINI, 2006, p. 117). São atividades que, segundo Singer (2000, *apud* VAL e TAMBELLINI, 2006, p. 119) na maioria das vezes exigem apenas experiência e conhecimento, mas não escolarização, sendo a saída encontrada pela força de trabalho desempregada, que desistiu de procurar emprego ou não possui mais meios financeiros para fazê-lo.

Com base em diversos estudos acerca do trabalho precoce (ALBERTO, 2003, 2004, 2005, 2006a, 2006b, 2007; FACCHINI *et. al.*, 2003; FISCHER *et. al.*, 2003; CARVALHO, 2004; AMAZARRAY *et al.*, 2007; SILVA e SILVEIRA, 2006; OLIVEIRA, SANTOS e SILVA, 2007; SCATOLIN, 1999; entre outros) pode-se afirmar que a proteção integral pela qual zela o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) não protege efetivamente a infância e a adolescência das relações laborais. Muito embora diversos estudos mostrem a gravidade do problema (SCANLON, 2002 *et. al. apud* FACCHINI *et. al.*, 2003, AMAZARRAY *et al.*, 2007, ALBERTO, 2007), ainda há uma invisibilidade do trabalho informal urbano na cidade de Campina Grande/PB.

Este artigo mostra o trabalho precoce nas feiras livres e mercados públicos da cidade de Campina Grande – PB.

## 2. METODOLOGIA

A metodologia do estudo é de cunho quanti-qualitativo. Realizaram-se 38 (trinta e oito) entrevistas semi-estruturadas e questionários do tipo Diagnóstico Rápido, proposto pela OIT (2006 *apud* ALBERTO, 2006a) com os trabalhadores precoces que exerciam alguma função laborativa dos mercados públicos e feiras livres da cidade de Campina Grande-PB, com idade até 16 anos. Complementarmente foi utilizada a técnica de observações geral e sistemática do trabalho.

Para a análise dos dados das entrevistas e das observações, utilizou-se a análise de conteúdo, mas especificamente a análise temática. De acordo com Minayo (2007, p.316, grifo da autora) “fazer uma análise temática consiste em descobrir os *núcleos de sentido* que compõem uma comunicação, cuja *presença* ou *frequência* signifiquem alguma coisa para o objeto analítico visado”. Os dados coletados com os questionários foram categorizados e analisados, por meio do programa *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS).

## 3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Em relação à idade a pesquisa conseguiu encontrar crianças e adolescentes de 8 a 16 anos. Os dados mostram que 16% das crianças pesquisadas possuíam idade de 10 anos, 18% eram adolescentes de 14 anos e 19% dos participantes tinham 13 anos. A média das idades dos participantes é de 12,05.

Vale ressaltar que os sujeitos da pesquisa não são jovens desprovidos de lar ou de família, todos tem famílias constituídas (independente do modelo familiar), tem casa, e a maioria freqüentam regularmente a escola. Também não trabalham em substituição a seus pais, uma vez que 86,5% dos pais e 64,9% das mães dessas crianças e adolescentes estão empregados.

Com relação à idade que começaram a trabalhar, apareceram crianças com menos de 5 anos. Sendo que a maior concentração encontrava-se na faixa de 8 a 12 anos, com 58,3%. Apareceram as faixas de 1 a 7 anos com 36,1%, e aqueles que começaram a trabalhar na faixa de 13 a 16 anos de idade com 5,6%.

A justificativa mais comum para a precocidade em trabalhar relacionava-se à necessidade e/ou ao querer acompanhar os pais ou familiares a feira. De modo que o que antes era uma contribuição informal no desenvolvimento de algumas atividades, sem a conotação de dever, com o passar do tempo e aumento da idade, torna a participação mais efetiva nas obrigações familiares.

*“Ela [mãe] me ensinava quando eu vinha, ela me ensinava como era, quando eu era mais pequena, sabe? Pra depois quando eu tivesse maior pra poder ajudar ela” (E2, 14 anos).*

Possuem um tempo de trabalho nas feiras livres e mercados públicos que varia de um a nove anos, sendo a maior concentração entre um e dois anos de atividade (35%). De modo que, chama-se atenção para o fato de 18% dessas crianças e adolescentes terem entre sete e nove anos de trabalho, fato significativo, visto tratar-se de meninos e meninas com faixa etária entre 8 e 16 anos. A faixa etária mais vulnerável a iniciar-se no trabalho em atividades informais nas feiras e mercados é a de 8 a 12 anos, o que possibilita a compreensão de que essa é a faixa que demanda maior número e mais eficiência de políticas públicas, principalmente aquelas pertinentes à prevenção do trabalho da criança, já que é o momento crucial de vulnerabilidade. Além disso, essa faixa está contida naquela de 7 a 14 anos, cuja escolaridade é obrigatória, compreendendo “a educação básica, que em termos evolutivos, relaciona-se ao período em que a aprendizagem de conteúdos escolares básicos, tais como: leitura, escrita, aritmética” (SOUSA, 2006, p. 97), o que poderia indicar a necessidade um maior investimento na educação.

No que concerne ao sexo, os dados mostram que 60,5% de trabalhadores precoces participantes da pesquisa eram do sexo masculino e 39,5% do sexo feminino. Corroborando assim com outros estudos, que também demonstraram a predominância do sexo masculino nas atividades informais urbanas no Brasil e no mundo (ALVES *et. al.*, 2002; FACCHINI *et. al.*, 2003; ALBERTO, 2003, 2004, 2006a; PAONNE, 2007; SILVA e SILVEIRA, 2006). Essa questão pode ser explicada pela distinção de gênero ainda presente na cultura vigente, em que as meninas estão mais diretamente inseridas em atividades domésticas e os meninos em atividades de rua. Alves *et. al.* (2002) fala que à menina, inclusive por questões de proteção, é reservado o espaço privado da casa, onde ela aprende atividades de cuidado e manutenção deste lugar.

No caso das meninas do presente estudo se repete o que ocorre com as mulheres adultas, ou seja, a dupla jornada de trabalho. Além de realizar atividades fora de casa as meninas muitas vezes trabalham quando chegam a casa.

*“[Entrevistadora]: E quando você não ta trabalhando você ta fazendo o quê no seu tempo livre? [Entrevistado]: Assim tem a casa, a da minha mãe para arrumar, tem muitas coisas para fazer” (E.3, 14 anos).*

Os dados revelam que 57,9% dos meninos e meninas trabalham para a família, 21,1% consideram-se autônomos, ou seja, trabalham para si, e 21,1% para um patrão, sendo esse chamado comumente por eles de ‘dono’, em referência a patrão ser aquele o dono das mercadorias comercializadas. É significativo o fato de que essas crianças e adolescentes sejam empregados, uma vez que trabalham para um patrão ou para suas famílias, o que é revelador da exploração a que estão submetidos e da violação dos direitos da criança e adolescente. Em ambos, as relações de trabalho ocorrem antes do permitido. No caso daqueles que trabalham para um patrão inexistente o cumprimento da legislação trabalhista vigente. Segundo Scatolin (1999), a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e Adolescente – ECA (1990) – determinam como 16 anos a idade mínima para inserção no mercado de trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos. Contudo Asmus *et. al.* (2005) enfatiza que entre os adolescentes maiores de 14 anos, é fundamental uma supervisão próxima das atividades desempenhadas pelos menores, de forma não apenas para prevenir potenciais riscos à saúde, mas também garantir uma formação técnico-profissional, e, possibilitando, a construção de uma massa crítica ao seu papel como trabalhador.

A forma de inserção no trabalho ocorre num sistema de redes de solidariedade que oportuniza as atividades de trabalho informais: amizade e parentesco. As crianças e adolescentes aprendem as tarefas a serem realizadas mediante a transmissão oral e pela prática, dada pela pessoa que os inseriu naquela atividade. A aprendizagem é complementada com a observação do desempenho das tarefas pelos demais trabalhadores.

Os dados mostram avanços no que diz respeito à inserção de crianças e adolescentes no processo de escolarização, podendo este fato está implicado com a participação de programas de assistência do governo, tais como o PETI. Dos sujeitos pesquisados, 71,1% recebem alguma assistência e 28,9% não recebem.

Foi questionado acerca da justificativa para o trabalho, sendo esta uma questão aberta que interrogava sobre os motivos pelos quais começaram a trabalhar cedo e as principais respostas foram: ‘ajudar os familiares no serviço’, ‘para ganhar dinheiro’, ‘satisfação com a realização da tarefa’, ‘complemento da renda familiar’ e ‘oportunidade’.

*“Assim... por influência das minhas tias. Minhas tias vinham para Prata ai eu dizia ‘eu vou’. Elas deixavam ai eu começava a ajudar uma pessoa, ai depois ajudava outra, ia ganhando dinheirinho, assim eu comecei a trabalhar” (E.29, 16 anos).*

Os dados corroboram outras pesquisas, que mostram que a principal causa da inserção precoce no trabalho deriva desde a indispensabilidade da contribuição de seu trabalho para o sustento familiar, até a satisfação das necessidades pessoais, como a vontade de ganhar o próprio dinheiro e ter uma ocupação, além do que o mercado possibilita oportunidades de se fazer alguma coisa.

Desse mesmo modo, a justificativa encontrada entre os feirantes era do trabalho precoce como um antídoto para marginalidade, julgando ser preferível para essas crianças e adolescentes estarem nas feiras e mercados trabalhando do que “soltos” na rua. Argumentam, ainda, como justificativa a experiência pessoal de também terem começado a trabalhar desde muito cedo, e avaliam que isso colabora positivamente na construção de seu caráter. Muitos pais vêem o trabalho como um meio de treinar seus filhos para a vida, não só em termos de alguma habilidade ou conhecimento, mas ensiná-los o que é a vida, sendo que muitas vezes acreditam ser o único capital cultural que eles dispõem para transmitir aos filhos. Segundo Alberto (2003) a tradição do grupo social é um dos principais fatores da inserção de crianças e adolescentes no mercado de trabalho. Corroborando, Val e Tambellini (2006) colocam que a família justifica que o trabalho mesmo precoce é favorável, pois acreditam que o mesmo possibilita retirar o seus filhos do ócio, protegendo-os assim da marginalidade, além do fato do dinheiro recebido pelos menores ser bem vindo, quando não indispensável para complementar a renda familiar. Muitos pais escutados classificam o trabalho dos filhos como de apoio, como “ajuda”, denominado como de menor complexidade e de fácil realização.

As formas como aprenderam a trabalhar são a ‘observação’, 60,5% e o ‘treino’, 39,5%. É interessante observar que a aprendizagem se dá através dos familiares, principalmente pai, mãe e avó – esta muitas vezes faz o papel de mãe –, corroborando com a hipótese de que a cultura familiar é também um fator preponderante para a existência do trabalho precoce nas feiras livres e mercados públicos, já que a ocupação dos pais dos sujeitos estudados é em grande parte de feirantes (40,6% dos pais e 44,0% das mães).

No que tange as formas de remuneração no trabalho informal urbano 77,1% dos participantes afirmam que recebem ‘dinheiro’, 2,9% ‘só presentes’, outros 2,9% ‘só comida’, além de 2,9% ganham ‘comida e presentes’ e 14,2% recebem ‘dinheiro e outros’.

No que dizem respeito à renda semanal, os dados mostram que as crianças e adolescentes recebem valores médios de R\$ 1,00 até R\$ 60,00. Sendo mais freqüente receberem entre R\$ 1,00 e R\$ 10,00. Em 2006, o rendimento médio mensal proveniente de trabalho das crianças e adolescentes com remuneração no Nordeste foi estimado em R\$ 126,00 (IBGE, 2006).

Os dados revelam que 76,3% dos sujeitos trabalham de um a três dias semanalmente, 5,3% de quatro a cinco dias, 2,6% seis dias, 15,8% sete dias. O fato de a concentração maior ser de um a três dias deve-se às atividades de fretistas e feirante dependerem dos dias de feira, ocorrendo comumente nos finais de semana. Sendo que 71,1% das crianças e adolescentes tinham uma carga horária que variava de 5 a 12 horas diária de trabalho. Segundo o IBGE (2006), no Nordeste 26,1% das crianças e adolescentes trabalhadoras cumprem uma jornada média semanal de 15 a 24 horas.

Quando questionados sobre o que faziam quando não estavam trabalhando, 57,9% dos trabalhadores precoces responderam que estudam e 34,2% brincam. De modo que, percebe-se a predominância do ‘estudar’ e ‘brincar’ nas atividades referidas pelos entrevistados, sendo essas duas atividades essenciais para o desenvolvimento da criança. Assinalando-se a concepção vygotskyana sobre a relevância do ensino escolar e do brincar para o desenvolvimento intelectual

do indivíduo. A importância do estudar será abordada mais adiante, já o brincar, de acordo com Vygotsky (1989), desempenha importante papel no desenvolvimento da criança, tanto no aspecto afetivo, como no cognitivo. O brincar promove o amadurecimento de aspectos essenciais para o desenvolvimento cognitivo, devido, as interações sociais, ampliando os processos cognitivos internos, em que a utilização de regras e a imitação de ações promovem a reconstrução de conhecimento apreendido no ambiente. Não brincar expõe à vulnerabilidade psicossocial como decodificação do pensamento, embotamento afetivo e formação acrítica.

Carvalho (2004) observa que embora os pais sejam conscientes da importância da educação para o futuro de seus filhos, assim como os efeitos negativos de sua carência, estes esperam que a escola apenas lhe forneça noções básicas de leitura e matemática. Para o autor

[...] o trabalho precoce geralmente não chega a impedir a frequência à escola [...]. Contudo, ele está associado à repetência, à defasagem idade/série e a um atraso cumulativo que levam ao abandono da escola com baixos níveis de escolaridade, não apenas pela condição de atividade das crianças, mas pelas características e qualidade da escola (Carvalho 2004, p. 55)

Mesmo não sendo a jornada de trabalho coincidente com o horário escolar, os estudos fora desse horário ficam prejudicados, afetando assim o rendimento escolar. Ou seja, um dos efeitos negativos possíveis do trabalho precoce em relação à escolarização é a falta de tempo para dedicar-se a atividades extracurriculares, como atividades lúdicas e sociais próprias da idade.

*“Porque eu aqui trabalhando não tenho tempo de ta estudando, lendo alguma coisa” (E. 30, 14 anos).*

Ao se perguntar aos trabalhadores precoces das feiras e mercados públicos se já haviam sido reprovados alguma vez, 61,1% afirmaram que sim e 38,9% responderam que não.

O cansaço das crianças pode ser uma justificativa para a defasagem escolar, tão presente entre os trabalhadores precoces, já que não conseguem passar de ano. Dos participantes da pesquisa, 64% disseram sentir “cansados” depois de um dia de trabalho, 26,5% se sentem “muito cansados” e 8,8% ‘normal’.

*“A feira é muito cansativa. A pessoa só faz tomar um banho, comer e dormir”. (E. 39, 10 anos)*

Este cansaço é explicado considerando-se a idade dos sujeitos, os tipos de atividades que desenvolvem e a jornada diária, lembrando que 47% para os sujeitos trabalham de nove a doze horas. Some-se o horário que iniciam a jornada: 39,5% dos sujeitos iniciam antes das cinco horas, o que significa acordar muito cedo, diminuindo o tempo de sono primordial nesta etapa do desenvolvimento em que a maioria se encontra.

Esse dado leva a compreensão de que o trabalho, assim, compromete o estudo porque, embora 97,4% estejam estudando, 61,1% já foram reprovados pelo menos uma vez e 65% apresentam defasagem escolar que varia de um a seis anos – predominando um ano de defasagem, com 28% – e, conseqüentemente, pode acabar desestimulando e provocando a chamada evasão escolar.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Compreender a inserção precoce nas atividades informais é complexo porque envolve fatores variados, desde os sociais, políticos e subjetivos até o papel que a família desempenha na entrada dos trabalhadores e trabalhadoras precoces no mercado de trabalho.

O estudo realizado na cidade de Campina Grande desvenda algumas vulnerabilidades das ações e políticas de combate ao trabalho precoce, já que foram encontrados 71,1% dos trabalhadores precoce recebendo algum tipo de assistência social do Governo. Percebe-se que as estratégias dos programas de combate à erradicação ao trabalho precoce, qual seja, a de conceber uma complementação da renda familiar – por sinal vista por muitos como insuficiente para suas

necessidades – e conseguir o apoio dessas famílias para retirarem suas crianças e adolescentes do trabalho, mantendo-as na escola com desempenho favorável, parece muitas vezes fracassar. Os programas governamentais que se propõem a erradicar tal problema social deveriam adotar três perspectivas fundamentais: ideológicas, culturais e econômicas, como base na organização de suas ações, de forma que as mesmas tornem-se mais efetivas e eficazes.

O trabalho precoce através de denominações como ‘ajuda’ acaba por ter sua existência dissimulada, tornando-se invisível para os olhos da sociedade. Na pesquisa isso se tornou evidente pela presença das crianças e adolescentes crescem trabalhando nas diversas feiras aqui elencadas sem que ninguém (pais, administradores dos mercados, fregueses das feiras, etc.) questionasse esta situação. Esta naturalização do trabalho precoce impede que se veja que essas crianças e adolescentes estão expostas às mesmas condições de trabalho – pressões de pessoas, barulho, umidade, calor, posturas corporais forçadas – que os adultos, seja o trabalho realizado com a presença de seus pais ou não.

A pesquisa demonstra que não estar na escola ou ao menos não ter condição de dedicar-se integralmente a mesma e ter que estar trabalhando, acaba sujeitando essas crianças e adolescentes a situações de violência que supostamente seriam evitadas pelo trabalho, como a questão da socialização desviante.

Fica clara a contradição entre o reconhecimento do trabalho como valor moral, positivo para o desenvolvimento psicossocial e os problemas que decorrem de uma carga física e psicológica precoce. Além de lesar esses sujeitos em um dos seus direitos mais importantes para o exercício da cidadania: o direito à educação, que permite, não apenas o acesso ao conhecimento científico, mas também uma formação cidadã crítica e participativa.

Em curto prazo não é fácil perceber os danos causados pelo trabalho precoce, sendo esses sentidos mais fortemente a médio e a longo prazo, como por exemplos, os efeitos na educação dessas crianças. A falta de uma educação de qualidade pode influenciar o resto de suas vidas, já que o baixo desempenho escolar tem como conseqüência a redução de oportunidades de empregos, limitando-se aos de remuneração baixa e que não exigem qualificação.

As intervenções para reduzir o impacto social e econômico do trabalho precoce precisam ser dirigidas tanto à redução da oferta e a demanda de trabalho infanto-juvenil, quanto à maximização dos esforços de promoção da educação de crianças e adolescentes. Além da realização de campanhas de sensibilização da sociedade com vistas a desconstruir as práticas culturais que incentivam, oportunizam e consomem esse tipo de mão-de-obra, assim como o efetivo uso e fiscalização da aplicação da lei do aprendiz, possibilitando a garantia de uma formação técnica-profissional em substituição à exploração da mão de obra juvenil.

Enfim, ao lançar mão de uma escuta voltada a essas crianças e adolescentes tentando apreender os significados que atribuem ao trabalho precoce encontram-se sutilezas que possibilitam a sua existência e dificulta o seu combate, tais como a cultura do trabalho. Contudo, na verdade não se pretendeu aqui esgotar o assunto, visto que esta problemática abrange muitos elementos. Tentou-se, porém, fazer uma análise que pudesse vir a contribuir com novos estudos a serem realizados sobre a questão em foco.

## **5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ALBERTO, Maria de Fátima Pereira. **Crianças E Adolescentes Que Trabalham: Cenas de Uma Realidade Negada**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2003.

ALBERTO, Maria de Fátima Pereira. **Trabalho Infanto-Juvenil e Direitos Humanos**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2004.

ALBERTO, Maria de Fátima Pereira. **O Trabalho Infantil Doméstico em João Pessoa – PB: Um Diagnóstico Rápido à Luz das Piores Formas de Trabalho Infantil**. João Pessoa: OIT – Secretaria Internacional do Trabalho, 2005.

ALBERTO, Maria de Fátima Pereira. **O Trabalho Infantil na Atividade Informal em Guarabira - PB: Um Diagnóstico Rápido à Luz das Piores Formas de Trabalho Infantil.** Brasília: OIT – Secretaria Internacional do Trabalho, 2006a.

ALBERTO, Maria de Fátima Pereira. **Trabalho Infantil na Cultura do Abacaxi no Município de Santa Rita – PB: Um Diagnóstico Rápido à Luz das Piores Formas de Trabalho Infantil.** Brasília: OIT – Secretaria Internacional do Trabalho, 2006b.

ALBERTO, Maria de Fátima Pereira. As implicações psicossociais do trabalho precoce dos meninos e meninas em condição de rua. **Laboreal** 2007, 3(2): 8-21. Disponível em <<http://laboreal.up.pt/revista/artigo.php?id=37t45nSU5471122::2419942531>>. Acesso: 19 mar. 2008.

ALVES, Paola Biasoli. *et. al.* Atividades Cotidianas de Crianças em Situação de Rua. **Psicologia: Teoria e Pesquisa.** 2002, 18(3): 305-313. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ptp/v18n3/a10v18n3.pdf>>. Acesso: 10 abr. 2009.

AMAZARRAY, Mayte *et. al.* Perspectivas acerca do trabalho infanto-juvenil: ideologias, subjectividade e saúde do trabalhador. **Laboreal** 2007, 3(2): 22-28. Disponível em: <<http://laboreal.up.pt/revista/artigo.php?id=37t45nSU5471122::2419632541>>. Acesso em: 19 mar. 2008.

ASMUS, Carmem Ildes Rodrigues Fróes *et. al.* Atenção integral à saúde de adolescentes em situação de trabalho: lições aprendidas. **Ciência & Saúde Coletiva** 2005, 10(4): 953-960. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232005000400018&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232005000400018&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 09 fev. 2009.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira. Algumas lições do programa de Erradicação do trabalho Infantil. **São Paulo em Perspectiva** 2004, 18(4): 50-61. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v18n4/a07v18n4.pdf>>. Acesso em: 09 fev. 2009.

FACCHINI, Luiz Augusto *et. al.* Trabalho infantil em Pelotas: perfil ocupacional e contribuição à economia. **Ciência & Saúde Coletiva** 2003, 8(4): 953-961. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232003000400017&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232003000400017&script=sci_arttext)>. Acesso em: 09 fev. 2009.

FISCHER, Frida Marina *et. al.* Efeitos do trabalho sobre saúde de adolescentes. **Ciência e Saúde Coletiva** 2003, 8(4): 973-984. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v8n4/a19v8n4.pdf>>. Acesso em: 09 fev. 2009.

IBGE. PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DOMICÍLIO-PNAD. **Trabalho Infantil.** IBGE, Departamento de Emprego e Rendimento. Rio de Janeiro: IBGE/OIT, 2006. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2006/suplementos/afazer/publicacao\\_afazer.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2006/suplementos/afazer/publicacao_afazer.pdf)>. Acesso em: 5 maio 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** São Paulo: Hucitec, 2007.

OLIVEIRA, Maria José Basílio; SANTOS, Maria das Graças; SILVA, Edil Ferrera. “Vai um carregó aí”? A dura lida dos fretistas em Mangabeira. In. ALBERTO, Maria de Fátima Pereira (org.). **Crianças e Adolescentes trabalhando? Uma alternativa de sobrevivência que atravessa gerações.** João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2007.

PAONNE, Gianni. Los países ricos y los niños que trabajan: la paradoja occidental. 2007 **Laboreal** 2007, 3(2): 29-43. Disponível em: <<http://laboreal.up.pt/revista/abstracto.php?id=37t45nSU5471123472319:12551>>. Acesso em: 09 fev. 2009

SCATOLIN, Leví. **16 anos-Idade Mínima Para o Trabalho: Avanço ou Retrocesso?** Vitória-ES, 1999. Disponível em: <[http://www.prt17.mpt.gov.br/n\\_crianças.html](http://www.prt17.mpt.gov.br/n_crianças.html)>. 24 Abr. de 2008.

SILVA, E. F.; SILVEIRA, N. J. D. **“A Vida No Lixo e o Lixo Na Vida”**: Os Fatores de Riscos que Envolve o Trabalho Precoce Dos Catadores Precoces De Campina Grande-Pb.

SILVA, Edil Ferreira; SILVEIRA, Natércia Janine Dantas. **“A Vida No Lixo e o Lixo Na Vida”**: Os Fatores de Riscos que Envolve o Trabalho Precoce Dos Catadores Precoces De Campina Grande-Pb. Relatório PIBIC/CNPq, Departamento de Psicologia, Universidade Estadual da Paraíba –UEPB, Campina Grande, 2006.

SOUSA, Olivia Maria Costa Grangeiro. **A Relação do Trabalho Precoce Com o Processo de Escolarização de Crianças e Adolescentes**. Dissertação de doutorado. João Pessoa, 2006.

VAL, Margarida Barros; TAMBELLINI, Anamaria Testa. A violência do trabalho infantil: aspectos sanitários, políticos, jurídico-legais e sociais – uma revisão de literatura. **Cadernos Saúde Coletiva** 2006, 14(1): 113-140. Disponível em: <[http://www.nesc.ufrj.br/cadernos/2006\\_1/resumos/Margarida\\_Barro\\_2006\\_1.pdf](http://www.nesc.ufrj.br/cadernos/2006_1/resumos/Margarida_Barro_2006_1.pdf)>. Acesso em: 09 fev. 2009.

VYGOTSKY, Lev Semenovitch. **A construção social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.